

AS CONTRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR.

Germana Leocárdia Ramos de Souza.

Universidade Federal da Paraíba – germana_rs@hotmail.com

Elizete Alves de Souza.

Universidade Federal da Paraíba – elizete_keke_guga@hotmail.com

Marlene Helena de Oliveira França.

Universidade Federal da Paraíba – marlenecel@hotmail.com

INTRODUÇÃO.

O presente estudo integra numa pesquisa sobre a problemática das contribuições do supervisor no processo de avaliação escolar, a qual será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, com a perspectiva de atender o ensino básico.

Para tanto, procura responder o seguinte problema: Quais as contribuições do supervisor diante da avaliação escolar? Assim como, enfatiza aos questionamentos, tais como: Como acontecem as avaliações escolares? Quais os objetos da avaliação escolar? Quais os limites e possibilidades do supervisor no desenvolvimento da avaliação no âmbito escolar?

Nesse sentido, se faz necessário que se busquem uma literatura na qual possa dar suporte teórico aos referidos questionamentos do problema em pauta. Pois, o processo de avaliação escolar tem fundamental importância na aprendizagem, no qual pretende seguir seu objetivo que centra em Investigar as possibilidades do supervisor na perspectiva de contribuir com o processo de avaliação escolar, em que tem como suposições a respeito do estudo, e tem como fundamentos como base em autores como: Jussara Hoffman (2012), Cipriano Luckesi (1986), José Silva Rossi (2012), entre outros que abordam a temática da Avaliação e Supervisão.

Desta forma, será desenvolvido uma análise dissertativa com o fichamento de leituras, mapas entre outros.

Portanto, a proposta procura atender as possíveis soluções que desencadeiam às discussões sobre as Contribuições do Supervisor na Avaliação Escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida na construção do artigo se caracteriza como uma pesquisa de campo (empírica), acerca da temática abordada, apresentando dados referentes à Avaliação nas séries iniciais do Ensino Fundamental e as contribuições do supervisor, envolvendo cinco escolas da rede pública do município de Juazeirinho-PB.

De acordo com Brennand e Silva (2012, p.169):

A pesquisa classificada como empírica investe em uma coleta de dados *in loco*, isto é, em um lugar específico. No entanto, isso não significa que a pesquisa não precisará construir uma fundamentação teórica. Ao contrário, a pesquisa empírica depende diretamente dos aportes teóricos tanto para construir os instrumentos de coleta de dados, quanto para organizar e analisar as informações.

A pesquisa de campo tem por objetivo adquirir informações acerca da problemática apresentada a respeito das concepções que as professoras possuem sobre avaliação, proporcionando ao pesquisador uma visão ampliada por meio de dados reais, porém não lhe permite manuseio nem interferência. Com base no foco do estudo, os sujeitos da pesquisa foram os supervisores de 5 escolas. A escolha destes profissionais se deu a partir das seguintes condições:

- I. Vínculo institucional;
- II. Aceitação e liberação da SME (Secretaria Municipal de Educação).
- III. Disponibilidade do profissional em atender e responder ao questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR.

A avaliação tem sido uma questão muito discutida na esfera educacional por muitos teóricos e renomados estudiosos ao longo das últimas décadas em todo o mundo, tendo em vista a complexidade de conceituar e fundamentar como deve ser desenvolvido o processo de avaliação da aprendizagem de forma significativa e mediadora na construção dos conhecimentos, considerando os diversos conceitos existentes a essa prática. Dentre eles temos: “a avaliação de acordo com uma visão geral consiste no ato de atribuir juízo de valor a algo” (FERREIRA, 2009, p. 327).

De acordo com Landshere (1976, apud BRENNAND e SILVA 2012), o surgimento do ato de avaliar não é recente, pois desde 2.205 a.C. um imperador chinês examinava seus oficiais por meio de provas, a partir das quais os resultados obtidos serviam de medida para classificar aqueles que seriam promovidos e os que seriam excluídos de suas funções.

Um pouco mais adiante, por volta do século XIII, a avaliação chegou aos jesuítas através da prática *ratio studiorum* por meio de João Amós Comenius, em sua *Didática Magna*. Mais tarde, por volta do século XIX, com o surgimento da escolarização obrigatória, é chegada nas escolas da França e em Portugal a avaliação, que tomou forma de exames orais medievais para verificação da aprendizagem, enquanto processo classificatório que visava a promoção e classificação do estudante através de uma atribuição de nota.

Nessa perspectiva a avaliação passou a ser enxergada como fator indissociável a educação por meio do processo ensino/aprendizagem; nessa mesma época nos Estados Unidos da América foram aplicados testes avaliativos com a finalidade de se obter melhorias nos padrões educativos do país, de maneira inovadora baseando-se em três propostas, sendo elas: a substituição dos exames orais pelos escritos, a substituição das questões gerais pelas específicas e a busca de padrões mais objetivos. (BRENNAND e SILVA, 2012, p. 175).

O ato de avaliar durante muito tempo foi comparado à ideia de medir e testar, porém, nem todos os aspectos da educação podem ser medidos ou testados, como também através dessa prática só é possível obter dados quantitativos, que torna a avaliação nessa concepção de julgamento, classificação e controle da aprendizagem dos alunos, uma metodologia ultrapassada e vazia de significado e qualidade. Assim testar ou medir não possui meios de verificação da aprendizagem, esse método desvaloriza o desenvolvimento da criança, de modo que considera um resultado de uma avaliação pronta, ou seja, adota-se um modelo para avaliar os educandos através de instrumentos que seguem um padrão de forma geral como se todos os alunos fossem iguais, sem contemplar os diversos aspectos que envolvem a construção do conhecimento, como também as especificidades de cada um.

A aprendizagem não pode ser vista como uma trena, instrumento usado para medir quantitativamente um espaço físico: O tipo de instrumento que os docentes utilizam para avaliar e valorar a aprendizagem não tem a precisão de uma trena. O docente, de modo geral, não conta com uma distinção precisa entre mensurar e avaliar (BRENNAND e SILVA, 2012, p. 186).



No entanto se faz necessário ressaltar que avaliar vai muito além de medir ou testar o aluno, o processo de avaliação da aprendizagem deve contemplar um conjunto de procedimentos didáticos a serem realizados ao longo do processo de ensino, de modo que a avaliação deve partir de uma concepção mediadora e não julgadora, de caráter processual, substituindo a visão de julgamento pelo ato de acompanhar o percurso de vida da criança considerando as múltiplas dimensões e possíveis mudanças a ocorrer durante o seu desenvolvimento, visando obter resultados positivos ao longo desse percurso, “A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista decisões suficientes e satisfatórias para que possam avançar no seu processo de ensino/aprendizagem” (LUCKESI, 2008, p. 81).

Pois o ato de avaliar exige um acompanhamento sistematizado pedagogicamente que desafie os educandos a expressar suas potencialidades, na resolução de problemas de forma adequada, respeitando o nível do currículo ofertado aos educandos, observando e refletindo a partir dos resultados, não só o sucesso ou fracasso do aluno, mas auxiliando a investigação e identificação das ações que contribuirão e as que travaram a construção do conhecimento de maneira significativa para o educando, pois sabemos que o progresso alcançado pelo aluno é o reflexo do trabalho realizado pelo professor. “A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica numa tomada de decisões a respeito do mesmo para aceitá-lo ou para transformá-lo” (LUCKESI, 2002, p.33). Tendo em vista que a avaliação escolar provoca ao educador uma autorreflexão para uma tomada de decisões mais significativa e facilitadora de se atingir o objetivo desejado com essa prática, por isso podemos considerar que o universo educacional precisa de uma ação renovadora e precursora de qualidade, a fim de medir a aprendizagem, a construção dos conhecimentos e a formação de valores e atitudes.

Nos últimos anos a avaliação avançou significativamente passando de uma prática controladora de julgamento para um acompanhamento individual através de um fazer intencional e reflexivo, fazendo com que as escolas de ensino fundamental buscassem novas metodologias avaliativas no acompanhamento e registros do desempenho dos alunos, baseados na inclusão e valorização das capacidades desenvolvidas de acordo com a maneira de fazer e aprender de cada um, resultando desses avanços algumas determinações legais de órgãos oficiais da educação nessa perspectiva.



Sabemos que durante muito tempo o trabalho do supervisor escolar foi desenvolvido de maneira equivocada, partindo da ideia de monitorar, fiscalizar e reprimir o trabalho dos docentes, ou seja, controlar as ações desenvolvidas durante o processo educativo, isso pelo fato de que seu surgimento inicialmente se deu na industrialização “tendo em vista a melhoria quantitativa e qualitativa da produção” (LIMA, p.69, 2008). no entanto na esfera educacional o ato de supervisionar vai muito além dessa visão ultrapassada e vazia de significado, pois essa prática precisa ser pautada numa perspectiva mediadora, de modo que a mesma ofereça apoio pedagógico a equipe docente no intuito de orientar, acompanhar e contribuir com o desenvolvimento de um processo ensino/aprendizagem mais significativo e eficaz a aprendizagem dos alunos.

Sendo assim se faz necessário trabalhar em conjunto com os professores partindo de um olhar flexível e reflexivo, partindo de um planejamento previamente estruturado que forneça maiores possibilidades aos professores para desenvolver um currículo educacional adequado as necessidades dos educandos, tornando o processo educativo dinâmico, autônomo e prazeroso aos educandos, a fim de promover atividades que estimulem o uso da criatividade e raciocínio dos educandos para que estes sujeitos sejam capazes de resolver situações e desenvolver suas habilidades e potencialidades de maneira plena, “é necessário que a supervisão seja vista de uma perspectiva baseada na participação, na cooperação, na integração e na flexibilidade, recorrendo-se a necessidade de que o supervisor e o professor sejam parceiros com posições e interlocuções definidas e garantidas na escola” (LIMA, p.8, 2008).

No entanto além de planejar as ações a serem desenvolvidas pelo corpo docente é preciso também refletir e analisar os resultados obtidos ao longo do processo educativo, objetivando identificar os possíveis erros e acertos, e a partir daí fazer um diagnóstico do que foi positivo e negativo ao longo do processo ensino/aprendizagem, buscando soluções inovadoras e facilitadoras na construção da aprendizagem e do desenvolvimento pleno dos alunos, respeitando as heterogeneidades dos mesmos, ou seja, adequando as metodologias a realidade dos sujeitos envolvidos, de acordo com as dificuldades, especificidades e necessidades de cada um, valorizando o potencial e garantindo o sucesso de todos.

Nesse pressuposto percebemos que a participação do supervisor escolar no ambiente educacional é de extrema importância e necessidade, pois o mesmo desenvolve um trabalho sistematizado que envolve toda equipe pedagógica, buscando promover situações que contribuam com a formação continuada destes profissionais, com o objetivo de acompanhar, orientar e construir um currículo escolar que privilegie uma aprendizagem de qualidade aos educandos em todas as

etapas do ensino, capaz de formar cidadãos qualificados para o mercado de trabalho, concientes, críticos e autônomos para atuar na sociedade, como também agindo como sujeito facilitador na relação educador/educando e contribuindo na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição de ensino, que irá reger as normas da escola.

De acordo com Ferreira:

Orientar, supervisionar, e inspecionar todo o processo educacional através de conferências, palestras, visitas, acompanharem o desenvolvimento do currículo nos estabelecimentos, com objetivos de orientar pedagogicamente os professores mais jovens, buscando eficiência, introduzindo inovações, modernizando os métodos de ensino e promovendo um acompanhamento mais atento do currículo pleno nos estabelecimentos (FERREIRA, 2003, p. 32).

CONSIDERAÇÃO FINAIS.

A investigação dessa temática nos possibilitou reflexões importantes relacionadas as contribuições do supervisor no processo de avaliação escolar, através dos estudos bibliográficos realizados percebemos conhecer um breve histórico da avaliação escolar, assim como os limites e possibilidades enfrentados pelos docentes e a supervisão pedagógica educacional no desenvolvimento de um processo avaliativo mais significativo e eficaz a aprendizagem dos educandos.

A partir das leituras realizadas foi possível perceber que esse vem sendo um tema muito discutido ao longo dos anos por diversos teóricos e estudiosos da área, diante da complexidade do ato de avaliar, diante das políticas públicas educacionais que regem a educação Brasileira cuja historicamente é pautada como meio de medir a capacidade do aluno.

Sendo assim foi possível perceber a importância das contribuições do supervisor escolar diante do desenvolvimento do processo de avaliação a serem aplicados, enquanto sujeito mediador de propostas pedagogicamente estruturadas, porém apesar de sabermos dos avanços já alcançados nos métodos avaliativos, se faz necessário que as avaliações escolares privilegiem a construção da aprendizagem dos educandos, e passar a ser vista pelo professor e toda equipe pedagógica para além da atribuição de nota, com a função de promover ou reter o aluno, pois avaliar ultrapassa essa visão classificatória e excludente, é preciso considerar o desenvolvimento dos alunos em todos os momentos do processo educativo, e não apenas um momento isolado, através de um método padronizado

como se as crianças se desenvolvessem igualmente umas às outras, essa conquista possibilita uma formação autônoma e crítica do sujeito.

REFERÊNCIAS.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT. NBR 14724. 3ª edição. Rio de Janeiro: 2011.

BRENNAND, E. G. G, SILVA, H. M. C. D. **Políticas, didática e avaliação na Educação Infantil: avaliação da aprendizagem.** João Pessoa, Editora da UFPB. 2012.

FERREIRA, Naura Silva C. (Coord.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil.** 18º ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

_____. **Avaliação mediadora:** uma relação dialógica na construção do conhecimento. Série Ideias. São Paulo: FDE, n. 22, 1994. p.51-59.

_____. **Avaliação Mediadora:** uma prática da Construção da Pré-escola a Universidade. 17.ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. Entrevista com Jussara Hoffman. p.12. Revista Pátio. ed. Artmed. 2000.

_____. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. 8ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. **Avaliação: Mito e Desafio** - uma perspectiva construtivista. 31ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. HOFFMANN, J.M.L. **Contos e contrapontos:** do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **Avaliação na pré-escola:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2006. MEDIAÇÃO, 2006. MARTINS, Gilberto Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas 2000.